

ATAS

ATA 8

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Iolanda Maria de Freitas Arriscado Duarte Morais (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- João Lourenço Amado de Leite de Castro (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Adelaide Maria Sampaio Mariz (RM)
- José António da Silva Barradas (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Alexandre da Cunha Pinto Teixeira (PSD)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- António Pedro Lima Sequeira Magalhães Pinto (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- António de Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS) – substituída por Albina Fernanda Monteiro Pacheco;
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS) – substituída por David dos Santos Ferreira (não compareceu);
- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD) – substituída por Alexandre da Cunha Pinto Teixeira;
- Ana Reynolds de Magalhães de Abreu Coutinho Castro Saraiva (PSD) – não compareceu e não se fez substituir;
- José Leandro Amaro da Veiga (RM) – substituído por João Lourenço Amado de Leite de Castro;
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM) – substituído por Nuno Filipe Teixeira da Cruz;
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM) – substituída por Iolanda Maria de Freitas Arriscado Duarte Morais.

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro
- 2ª Secretário – Adelaide Maria Sampaio Mariz

Presenças associativas:

- Associação de Doentes Renais do Norte de Portugal;
- Associação do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres;

Inscrições do público e das Associações:

- Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, José Teixeira, Presidente da Associação, cumprimentou todos os presentes e disse: "Venho falar sobre a situação do tráfico e consumo de droga no Bairro Pinheiro Torres. Ao longo dos anos este fenómeno ganhou peso com o triângulo, Aleixo, Pinheiro Torres e Nova Urbanização da Pasteleira. Terminou o Aleixo, fixou-se nos Bairros Pinheiro Torres e Nova Urbanização da Pasteleira.

Este problema transformou a vida dos moradores (lixo por todo o lado, segurança em causa...) que assistem impotentes sem poderem demonstrar o seu desagrado e indignação. Este fenómeno é de difícil resolução e por isso solicitamos junto das entidades competentes que tomem as medidas adequadas, firmes e céleres para por fim a este submundo e também sabemos que este flagelo não se resolve com intervenções pontuais da polícia e será necessário da parte da Domus Social, repensar toda a envolvência do bairro, fazendo as intervenções que o bairro necessita há muito tempo. Existem novos empreendimentos na Freguesia junto ao Bairro (LIDL, KFC), sendo certo que se não forem tomadas medidas adequadas e céleres, tais empreendimentos no futuro podem ser deslocalizados e esta parte da Freguesia, continua pobre.

- José Macedo, morador do Bairro do Bom Sucesso, cumprimentou todos os presentes. Interveio para comunicar e esclarecer as pessoas que no próximo dia 3 de

ATAS

julho pelas 16h no Salão Nobre desta Freguesia, vai haver uma reunião com os diretores, o Sr. Vereador Dr. Fernando Paulo e a Sra Presidente da Junta, sobre as obras que vão começar no Bairro do Bom Sucesso e alertar os moradores, os fregueses e políticos que compareçam para se debater ideias e os moradores exercerem o seu direito de cidadania. Em relação a intervenção anterior, é necessário a intervenção, colmatar o que se passa, pois está pior que o Aleixo e esse já foi abaixo e as pessoas foram alojadas noutras casas, mas não voltam a raiz de nascença. O bairro do Aleixo, Pinheiro Torres, Pasteleira e todos os bairros do Porto estão a ser deixados ao abandono pelas Freguesias e pela Câmara Municipal do Porto.

- Ana Maria Sousa Sá, moradora do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, cumprimentou todos os presentes. Gostaria de perguntar à Sra Presidente da Junta, da possibilidade de alertar as carrinhas que vão sustentar aquelas pessoas da droga todos os dias, pois essas associações vão duas e três vezes dar de comer, mas eles não querem comer e deitam a comida toda para o chão e por isso o bairro está todo sujo e provoca o aparecimento de ratos. Gostaria de saber se a Sra Presidente da Junta, podia fazer alguma coisa, para impedir que as associações fossem dar de comer.

Intervieram antes da ordem do dia:

- **Manuela Amorim, PS**, referir o quão foi interessante o desfile da Rusga de Lordelo e Massarelos, pois era extremamente animada e com muita vivacidade. Gostaria de fazer um pedido, sobre a paragem do autocarro que ficava junto aos edifícios do Bairro Rainha D. Leonor, que por motivo de obras foi deslocizada um pouco mais para baixo e penso que por falta de tempo essa paragem ainda não possui uma proteção e bancos. Esta mesma paragem é muito frequentada por pessoas de muita idade e com dificuldades de mobilidade. Também na Rua de Paulo da Gama, os passeios estão danificados devido as raízes das árvores. Gostaria de fazer um apelo, para não se deixar morrer o Aleixo, pois foi uma sucessão sucedida de insucessos. Que o historial do Aleixo não morresse e fossem compilados os documentos existentes, reservar espaços para serem expostos e ficar em memória como algo que nunca mais se deveria repetir nesta Freguesia. Após o encerramento do Aleixo, veio à tona da água de uma forma mais aguda o problema da droga, os jornais constantemente editam os seus artigos sobre a toxicodependência. A Assembleia Municipal do Porto, com a aquiescência dos partidos nela representados, acharam por bem implementar as salas

de chuto, achando que o consumo seria mais recatado. Nós voltamos a apelar que seja feito um projeto focado na prevenção.

- **Casimiro Calisto, CDU**, para apresentar proposta de recomendação "Sobre os Transportes Públicos de Passageiros no Porto", a qual foi distribuída atempadamente aos diferentes elementos da assembleia, prende-se com uma recomendação, a fazer a quem de direito sobre os transportes públicos de passageiros no Porto. Está na ordem do dia, a questão do ambiente, da mobilidade das pessoas e recentemente a nível governamental houve medidas positivas, no que concerne a facilidade ou custos menores para a utilização dos transportes públicos. É uma concessão antiga, inicialmente a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto agora à Sociedade de Transportes Coletivos. Nessa concessão está estipulado que há determinadas atuações que são penalizadas, as empresas privadas que não podem durante o percurso na cidade, deixar os passageiros em qualquer sítio, mas fazem-no. Em anexo à proposta de recomendação esta um quadro elaborado no âmbito da assembleia metropolitana do porto, onde e claro que devido as validações feitas por estes operadores privados, cerca de seis milhões de euros são "sangrados" à sociedade e aos transportes coletivos do Porto.

- **Nuno Cruz, RM**, esta questão já foi levantada na unidade técnica dos STCP, que faz a fiscalização das linhas na Área Metropolitana do Porto. Esta recomendação também foi apresentada na Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara pediu aos Senhores Deputados para terem coragem para tirar competências a área metropolitana do Porto. Já foi discutido na Assembleia Municipal e o meu partido vai votar a favor.

- **Susana Constante, BE**, cumprimentou todos os presentes. Interveio para apresentar uma retificação simples, o que foi apresentado na Assembleia Municipal, não foi uma recomendação, foi no ponto de informações do Presidente, o Deputado da CDU, tal como aqui, apresentou o problema e foi nesse contexto que o Sr. Presidente, Dr. Rui Moreira deu a resposta que indicou, só não foi do ponto de vista regimental uma recomendação, porque a diferença foi que na Assembleia Municipal não foi votado e aqui é votado. O Bloco de Esquerda vota favoravelmente, pois subscreve estas preocupações e esperemos que esta situação se resolva com a maior celeridade possível.

ATAS

- **Marco Leitão, PS**, cumprimentou todos os presentes. Apenas para dizer que nós vamos votar a favor da recomendação. É um problema complexo, não vou aprofundar a questão. Os STCP só por si não conseguem resolver a questão. A CMP tem um papel fundamental para tentar incentivar que todas as entidades responsáveis contribuam para a resolução desta questão.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, agradeceu à Deputada Susana Constante pelo esclarecimento dado e passou-se a votação.

Colocada a votação a Recomendação "Sobre os Transportes Públicos de Passageiros no Porto"

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 17

- **António Alves, CDU**, cumprimentou todos os presentes. Gostaria de falar sobre a questão dos protocolos, pois na ordem de trabalhos da assembleia de hoje, há um protocolo sobre o ATL das Escolas do Ensino Básico. No boletim informativo fala dos protocolos e pelo Facebook e de outras formas soubemos que a Junta efetuou outros protocolos com Associações de Moradores nomeadamente. Gostaria de saber quais as regras em que a Junta se baseia para assinar os mesmos, neste caso vem a assembleia de freguesia, noutros não vêm e no caso de os estar a fazer legitimamente, o que não duvido, de qualquer maneira questiono de que forma é que a assembleia e o público em geral possam ter conhecimento dos protocolos que são estabelecidos. Sobre o Bairro Pinheiro Torres e como não sou morador do mesmo peço desculpa ao Sr. Presidente da Associação e aos moradores se incorrer em algum erro de desconhecer a situação. Na campanha para o Parlamento Europeu a CDU, fez uma deslocação ao Bairro e gostava aqui de demonstrar a nossa solidariedade para com os moradores e salientar e reforçar a gravidade da situação que se vive. Sabemos o que se passou no Bairro do Aleixo e não é uma questão de romance, foi estabelecido escorraçar as pessoas não só os traficantes mas os moradores para colocar gente rica a viver em bairros de luxo. Definiram, criaram uns fundos imobiliários, para criar habitações para realojar esses moradores, mas até agora este fundo nada fez. Na ata

anterior foi referido que já fizeram algumas habitações na Travessa de Salgueiros, mas não foi o que eu disse, mas sim que tinham começado a fazer vinte habitações na Travessa de Salgueiros, mas não está nenhuma pronta. Como resultado disso, há muitos moradores sérios, honestos que foram realojados em piores condições para outros lados. Além disso, transferiram um problema grave, a droga do Bairro do Aleixo para outros lados, nomeadamente para o Bairro Pinheiro Torres. É uma situação terrível e sei que existem moradores que têm receio a noite de se deslocarem lá, de toxicodependentes que entram nas casas das pessoas, de moradores a vender droga nos semáforos, situações indemissíveis e que causam problemas enormes. É preciso criar condições de apoios sociais, de criação de infraestruturas para que as pessoas dos bairros possam ter uma vida mais saudável e que possam prevenir problemas da droga. A Junta não tem meios para resolver, mas pode dentro da sua capacidade reivindicativa de intervenção, insistir junto de outras entidades para ajudar a resolver este problema, ajudando os moradores da freguesia a ter uma vida mais digna, mais saudável e mais segura.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, irei pedir para ser feita a alteração à ata e também alerto que a gravação tem muitas falhas. Agradeço a correção antecipadamente, caso o possam fazer.

- **Susana Constante, BE**, utilizando o tempo antes do período da ordem do dia, trago uma declaração política. No seguimento do que foi trazido a esta Assembleia, foi a opção do desmantelamento do Bairro do Aleixo. É um momento difícil e dramático para as pessoas que viviam no Aleixo, acompanhamos o processo falando com algumas pessoas para se saber que o processo foi trabalhado com os moradores, no sentido de encontrar as melhores soluções e as quais não agradaram a todos. O Bloco teve desde o início a preocupação que aquele espaço deve ser para as pessoas que ali viveram e a solução não pode ser beneficiar uns em detrimento de outros. Outra preocupação em relação aquele espaço, tem haver com as pessoas sem abrigo que não sendo pessoas inscritas no parque habitacional da camara, eram pessoas que moravam ali e no processo de realojamento da Câmara Municipal do Porto e no processo da organização das equipas de rua, esse problema dessas pessoas, foi alertado. Estas pessoas estão voltadas a um abandono e se existem bairros que não viam diretamente esta realidade, é algo de novo com que começam a conviver. Quanto ao problema da droga que está aqui a ser falado, no que refere ao Bloco é muito importante que se separe,

ATAS

pois são duas questões totalmente distintas, separar o tráfico do consumo. O problema da toxicod dependência que aqui foi trazido pelo representante da Associação Pinheiro Torres, é um problema complexo e que carece de uma resposta integrada e conforme foi discutido na última Assembleia Municipal, na qual houve unanimidade na urgência de uma resposta com divergências no modelo, mas uma unanimidade na urgência de uma resposta. O Bloco nesta Assembleia apresentou para lá, a proposta concreta que têm vindo a desenvolver já a alguns anos e a primeira proposta foi apresentada nesta Assembleia de Freguesia em 2015, que foi a proposta de salas de consumo assistido e a partir da qual tivemos o caminho na Assembleia Municipal. A Câmara tem um plano municipal de saúde, com vários programas que a Câmara subscreveu, "Porto, Cidade sem Sida". O Bloco pretende trazer a esta assembleia uma dimensão de envolvimento da própria comunidade, de esclarecimento e cuidar o discurso, falar do combate a droga, é algo que as equipas no terreno e de rua cada vez mais vão contrariando, não se fala de combate a droga, mas sim de combate ao tráfico de droga, de direitos sociais e humanos que dizem respeito aos consumidores. Quem traz o problema à freguesia não são os toxicod dependentes, mas sim o consumo a céu aberto e esse existe na freguesia a muitos anos, pois já em 2015 alertamos para esse problema. O que aconteceu foi que com a desmantelamento do Bairro do Aleixo, pulverizou-se e já temos focos na Sé. Salas de consumo assistido, são uma experiência piloto, que pode correr bem ou mal e o Bloco está comprometido para que corra bem.

- **Cláudia Costa, RM**, gostaria de deixar uma palavra de solidariedade aos moradores do Bairro Pinheiro Torres pela situação atual. É uma situação complicada e não tenho dúvidas que o executivo desta Junta está atenta e que a Câmara Municipal também. Haverá zonas em que não compete à Junta ou à Câmara tomar rédeas sobre esta situação, mas a Dra Sofia não é uma pessoa que fique insensível a estas coisas, é uma pessoa que vai para o terreno e tenta perceber o que se passa com as situações, pois conforme disse a Dra Susana Constante, a nossa freguesia tem um problema grave no que diz respeito aos problemas da toxicod dependência e o executivo tem estado em alerta e a fazer um grande esforço no combate a este problema. A Dra Manuela Amorim veio falar sobre as Rugas desta Cidade e esta Freguesia participa verdadeiramente nas Rugas do Porto, sai à rua com os seus cidadãos e fregueses. Tenho orgulho que nesta Junta, onde se fazem roupas e que as pessoas colaboram durante dois meses, desde a Dra Sofia ao executivo e estamos na Escola Infante D. Henrique a trabalhar em prol da Freguesia. É uma alegria que pelo segundo ano

consecutivo, ficamos em segundo lugar e quero deixar os parabéns a toda a freguesia, ao executivo e a Sra Presidente. Gostaria de dizer que as festas de S. João genericamente correram muito bem e deixar os meus parabéns ao executivo pela organização das festas na nossa cidade.

- **Nuno Cruz, RM**, gostaria de dizer a todos do Bairro Pinheiro Torres e Pasteleira Nova que sinto muito o problema da droga e que agora é um problema agravado no Pinheiro Torres. Vivemos numa sociedade, onde ninguém quer ser ativo no combate à droga, mas depois veem todos aqui dizer que é preciso combater a droga e somos nós todos unidos que devemos combater o tráfico da droga. O Sr. Deputado da CDU veio falar que o Aleixo foi um negócio, mas o executivo do Dr. Rui Moreira quando chegou à Câmara Municipal do Porto, o bairro do Aleixo era um problema, tinha três torres e noventa famílias a residir. Nós herdamos um problema que tivemos que resolver. Relembro que quando aprovado em Assembleia Municipal a retirada da casa a quem tem condenações por tráfico de droga, a CDU votou contra. Temos de ser todos a tomar medidas, decisões e ter influência no combate ao tráfico de droga. O outro ponto, prende-se com as salas de consumo; e eu estou de acordo.

- **José Barradas, RM**, cumprimentou todos os presentes. Nasci e cresci no Bairro Pinheiro Torres e neste momento é-me difícil entrar no mesmo Bairro. Sei que o Executivo desta Junta está a tentar fazer o melhor que pode e este problema de combate à droga não é só no nosso bairro, na nossa cidade, no nosso país, é também de outros países da Europa e do mundo. Falasse muito nas vítimas que são os toxicodependentes, mas na minha opinião há mais vítimas, os pais, os avós, que muitas das vezes são roubados pelos mesmos e outras vítimas que estão nas suas casas, como as que estão aqui presentes.

- **Casimiro Calisto, CDU**, relativamente a questão do Pinheiro Torres, uma manhã de sábado a CDU vou entregar panfletos nas caixas do correio e é indescritível o que lá se passa. Vivi no Ouro e estou perfeitamente ciente destes dramas, mas nunca imaginei que fossem assim. Nesse sábado as pessoas estavam às escancara a vender droga, a falar em código entre eles, numa berraria constante e acho que um dos direitos que as pessoas têm, é o direito ao sossego. Estamos numa sociedade civilizada, prezamos o humanismo na forma de lidar com as pessoas, são pessoas infelizes e é um drama transversal, algo que afeta muita gente. Para nós CDU, conforme disse o Deputado

ATAS

Nuno, do qual discordo, a velhinha que é coagida em casa, porque o neto faz o que quer, não pode ser despejada porque tem alguém que trafica. É elementar e o antigo Provedor do Município, Padre Batista, tomou uma posição pública para colocar o assunto no devido lugar. Uma coisa é o traficante devidamente identificado, outra é as pessoas que vão por arrasto e por isso tem de haver muita persistência. Quanto à proliferação da droga pelos bairros da cidade, não existe uma estratégia que elimine o problema e acho que na Junta e os poderes instituídos devem fazer o seu melhor, mas temos de ter presente que isto é muito complicado. Em relação ao Aleixo já foi muito falado e foi martirizado por existir outros interesses e com a "bolha" que vai rebentar, não sabemos se vai haver capacidade para se fazer os empreendimentos de luxo, porque ao lado do Aleixo e na marginal estão a crescer outros empreendimentos e o tal fundo só poderá recorrer à banca quando o terreno estiver disponível. Queria falar sobre dois temas da freguesia: na zona de Sobreiras fui abordado por uma pessoa, a qual estava bastante incomodada, o tal direito ao sossego, que havia carros estacionados à porta e mal podiam sair de casa. A solução que encontraram no Ouro, na Rua das Sobreiras a casas que tem as janelas encostadas aos carros, pois as pessoas também têm direito a não serem incomodadas. Gostava de partilhar uma informação sobre o património, imaterial, cultural da freguesia, dum clube centenário, que fez agora cem anos, fundado em 1919, que é a Juventude do Ouro e por isso estou a partilhar porque fiz parte de algumas pessoas que conseguiram comprar a casa ao senhorio. A casa está bem instalada, virada para o rio, onde houve teatro, futebol. Neste momento está a ter utilização, mas já não abre, com umas obras enormes e espero que não seja subtraído à comunidade e vá para um privado. Rua do Ouro, 240, era um clube de respeito e até no símbolo tem a máscara do teatro, do drama e neste momento está fechado.

- **António Alves**, CDU, todos estamos de acordo sobre o problema da droga, dos flagelos sociais, que estamos a viver na freguesia, mas parece que não há responsáveis e não estou a dizer que por vezes os próprios moradores votam naqueles que são responsáveis, mas queria lembrar ao Sr. Deputado que me referiu que quando o Dr. Rui Moreira assumiu a presidência da Câmara do Porto, no mandato anterior, esteve quatro anos juntamente com o PS, que tinha o Pelouro da habitação, sem fazer uma única obra no Bairro do Aleixo, deixando degradar até um ponto em que não existia condições e as pessoas começaram a sair. O fundo que foi criado, um dos sócios faliu e a Câmara do Porto teve oportunidade de chamar a si a resolução do

problema, mas criou um novo fundo e entregou aqueles terrenos ao fundo, da Mota Engil e com a obrigação de eles fazerem casas para realojarem os moradores, o que não fizeram. Também foram responsáveis pelo agravamento desta situação que se vive no Bairro Pinheiro Torres e não só. Não tenho soluções para os problemas da droga, é necessário criar programas de prevenção, de cultura, mandar a Rusga de Massarelos atuar lá para distrair as pessoas. Só quero que fique claro que há responsáveis por estas situações.

- **Nuno Cruz, RM**, relativamente ao Aleixo, a minha tia morava na quinta torre e o meu avô na terceira e quando os elevadores avariavam, quem morava no 13º andar não tinha qualidade de vida, não conseguia vir a rua. Quando o Dr. Rui Moreira chegou à Câmara aquilo já era um problema enorme. O que se passou com o fundo anterior não temos nada a ver com isso, porque quando o Dr. Rui Moreira chegou a Câmara do Porto, teve um problema para resolver e resolveu. Eu nasci no meio da droga e quem é a avozinha que não sabe que o neto passa droga e quem é a avozinha que não pode ser despejada da sua casa para dar boa vida e qualidade de vida... quando se despeja alguém pelo tráfico de droga, estamos se calhar a castigar uma senhora para poupar a vida de vinte ou trinta senhoras, que veem a vida infernizada com o tráfico de droga.

- **Marco Leitão, PS**, relativamente à intervenção do Presidente da Associação do Bairro Pinheiro Torres e da freguesia que esteve aqui. A nossa freguesia, especialmente a área de Lordelo do Ouro, é complicada e a história ajuda a compreender a situação. Lembro-me que quando foi demolido o Bairro de S. João de Deus e a diferença que isso fez a nível do tráfico que começou a ocorrer na Freguesia de Lordelo do Ouro. Por essa altura, houve um aumento significativo de consumidores que vinham ao Bairro do Aleixo para consumir. A demolição dos bairros, e não é uma crítica a ninguém em especial, não resolve o problema do tráfico que existe em todo o país, em todo o mundo, mas especialmente nas zonas mais carenciadas. É uma realidade que as pessoas com mais dificuldades financeiras e sociais mais facilmente poderão ser consumidoras e traficantes. Isto pode-se combater e estou certo de que a Junta o faz, a Câmara também e que as outras entidades competentes também. Mas a política de demolição de bairros não resolve. Quando há dez anos fui candidato à Junta de Lordelo do Ouro, falamos muito com a população e umas das conclusões era que, ao demolir-se o Bairro do Aleixo, o mais provável era que o tráfico e o consumo se deslocassem para onde estão neste momento. Não é possível resolver isso num mês

ATAS

ou num ano, mas pode-se combater de várias formas a nível preventivo, nomeadamente implementando medidas junto dos jovens que residem nestes bairros e que se sentem mais abandonados e mais facilmente podem enveredar pelo tráfico. As salas de consumo assistido são uma das outras soluções possíveis, não resolvem tudo, mas podem ajudar, para combater o consumo no meio da rua. Felicitar o segundo lugar das Rusgas de Lordelo do Ouro e Massarelos.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, estamos todos a debater os mesmos assuntos e muitas das vezes a perder tempo com isto. Não sei se há intenção de alguém prolongar estes pontos no mesmo debate e nas mesmas ideias não me importo que as pessoas falem, agradeço é que sejam seletivos nas palavras e nas ideias. Há um tempo definido nos estatutos, há questões que foram postas ao executivo e só se não quiserem que o executivo responda às mesmas, passamos para a ordem do dia.

- **Manuela Amorim, PS**, intervenho para fazer uma pergunta muito objetiva a Sra Presidente, decorrente da minha intervenção: eu sei que a Associação que existia para o desenvolvimento e promoção do Bairro do Aleixo, se será deslocalizado para o antigo Jardim Infantil? Essa associação vai continuar a existir com o mesmo nome? Justifica-se que exista dado que se intitular para o desenvolvimento e promoção de uma coisa que já não existe? É válido? É vantajoso que continue? E dizer também aquele Sr. Deputado que eu não criei nenhuma prevenção para a droga. Fiz parte de uma vastíssima equipa que incluía médicos, enfermeiros, aulas de enfermagem, que intervinham nas escolas desde o primeiro ciclo para que as crianças fossem ao longo do tempo capacitando-se de que qualquer coisa que nós engolimos, ou fazemos entrar no nosso corpo, é uma droga.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, queria alertar que hoje temos uma Assembleia com bastantes pessoas, algumas estão a sair porque os pontos da ordem do dia são discutidos em cima da hora e as pessoas querem ouvir um bocado as coisas. Mais uma vez, agradeço que sejam sucintos e respeitem os tempos.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, cumprimentou todos os presentes. Irei responder à Dra Manuela Amorim, em relação a Associação do Aleixo. Houve uma reunião à cerca de um mês no antigo Jardim de Infância, do qual estavam cedidas as

instalações à Junta de Freguesia e a partir daquele momento as instalações vão ser cedidas pela Câmara à Associação de Promoção Social da população do Bairro do Aleixo. Todas as associações que estavam lá, tivemos em conjunto com a Câmara e com a Domus Social, que encontrar outras soluções, as quais já estão em obras. Em relação ao nome, não posso responder por uma situação em que existe um Presidente, Direção e Órgãos Sociais, mas penso que está em estudo o nome da Associação do Aleixo e pelo que ouvi na reunião com o Dr. Fernando Paulo, existe um projeto para Creche, ATL e Centro de Convívio. Em relação à Juventude do Ouro que faz cem anos, dou os meus parabéns e irei tentar obter mais informações e se às tiver agradeço que me ajude, porque faz todo o sentido dar continuidade ou fazer algo por esta Associação que é centenária. Em relação à Rua das Sobreiras, iremos enviar para a via pública um email; Bairro Rainha D. Leonor e paragem Paulo da Gama, já foi pedido à via pública e o que me foi dito pelo Diretor Municipal, é que estavam a estudar o assunto, como também a Rua do Ouro, que são casos dramáticos a nível de estacionamento e que temos muitas reclamações. Está a ser feito um estudo na via pública. Em relação à Rusga, pelo que foi dito, agradeço, mas quero agradecer às populações que participaram e um agradecimento muito especial às associações que levaram em força as suas bandeiras. Em relação às Associações de Moradores e o apoio que foi questionado pelo Deputado da CDU; o apoio dado às Associações de Moradores, recreativas e desportivas e sociais é baseado num regulamento o qual veio a esta assembleia de freguesia e caso não o tenha posso disponibilizar. Esse regulamento tem vários critérios, os quais as associações têm de os cumprir. O caso mais complicado aqui falado é o da toxicod dependência em Pinheiro Torres e vou mais para além de Pinheiro Torres. Quem lê os jornais deve saber que ando a intervir nisto e não é a duas semanas, mas sim a acompanhá-la a muitos anos, não só em campanha eleitoral, mas todos os dias e todas as semanas. No Aleixo acompanhei de perto e fiz parte do grupo de trabalho em que demos o melhor que sabíamos e podemos às condições do Aleixo. Quanto à toxicod dependência é gravíssimo, ouvi aqui muita teoria, mas infelizmente teorias essas que não são assim tão fáceis de executar. Foi dito no Jornal que tinha pedido de imediato a intervenção da PSP devido ao problema de Pinheiro Torres, onde existem zaragatas e as pessoas estão a entrar em depressão porque não conseguem descansar; queixas do Ipanema Park, dado que os turistas são abordados; queixas do CIJ do Bairro de Lordelo, que era um bairro tranquilo; do Fluvial que infelizmente também tem toxicod dependentes a injetarem-se e a dormir; caso gravíssimo que já aconteceu, junto da Escola das Condominhas e passo

ATAS

a explicar o que foi visto por mim e por um membro do executivo, a injetarem-se em zonas íntimas, junto das crianças. Tenho vários de relatórios desta situação, da Associação de Pinheiro Torres, do Ipanema, da Associação de Moradores do Bairro de Lordelo, do Fluvial e de vários moradores. Ontem tive uma reunião com o Superintendente, Paulo Lucas, com o Comandante da Polícia daqui da Esquadra, na qual fiz chegar todas estas situações. Esta situação estava até a poucos meses escondida, num gueto chamado Aleixo e agora esta à vista. Não podemos deixar de dar apoio aquelas pessoas que vemos ali, tirando os traficantes, pois à maior parte das vezes nem sabem o que estão ali a fazer. Em relação à reunião que tive com a PSP, ele têm noção disso e pedi que era muito importante que houvesse mais policiamento. A Junta age, a Câmara age, todos os planos de saúde da rede social agem, mas aquilo é uma questão de polícia. Não é em relação ao consumidor, pois este tem de ser apoiado, seguido e encaminhado. O que me foi dito pelo Superintendente é que alguém que seja apanhado ou tenha até dez doses, não podem fazer nada, é ouvido e é solto. Aquele que está a consumir na rua também nada podem fazer, não é considerado crime público, é considerado crime público, andar nu na rua, fazer sexo na rua, mas injetarem-se na via pública não é crime público. O que foi dito é que há falta de efetivos na cidade do Porto. Pedi autorização ao Superintendente, para que este Executivo faça chegar à Secretária de Estado, documento dando nota da falta de efetivos como foi dito pelo próprio. A Polícia Municipal tem tirado todos os dias as tendas da antiga fábrica da Cofanor, o que é positivo.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, pedido pelo executivo a inclusão de novo ponto a ordem de trabalhos, "Apreciação e aprovação do contrato administrativo do orçamento colaborativo."

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, solicitei ao Sr. Presidente da Assembleia a inclusão deste ponto, pois chegou hoje um email da Câmara Municipal do Porto, em relação ao orçamento colaborativo, cuja minuta tem de ser aprovada em Assembleia de Freguesia. Solicitava a inserção deste ponto. Obrigada.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia de 29 de abril de 2019;

Colocado a votação o ponto um:

Contra – 2 (CDU)

Abstenções – 1 (BE) 1 (PS) 3 (RM) 1 (PSD)

Favor – 6 (RM) 3 (PS)

Casimiro Calisto, CDU, mais uma vez quero falar da ligeireza com que se fazem as coisas. Em relação à ata vou votar contra, não por teimosia, mas por achar que não tem sido tomado em conta aquilo que já se propôs há muito tempo. Recordo que no último reparo que fiz, as questões não foram corrigidas. As atas são poucos cuidadas. Em relação a isto de as pessoas não poderem participar nas votações das sessões em que não estiveram presentes, temos um jurista que poderia esclarecer isso. Tenho um parecer da CCDRN, vale o que vale e já tive a gentileza de o enviar para o Dr. Mário Praça. No parecer é taxativo que as pessoas que não estão presentes nas sessões não podem participar na votação. Irei enviar para os serviços administrativos o parecer.

Ponto 2 – Deliberação sobre a Transferência de Competências dos Municípios para as Freguesias (nº.2 do art. 38 da Lei 50/2018, de 16 de agosto e nº.1 do art. 2 do Decreto Lei nº.57/2019, de 30 de abril);

Intervieram neste ponto:

- **Marco Leitão, PS**, relativamente a este ponto iremos votar contra, porque embora conseguíssemos compreender os argumentos aduzidos pela Câmara Municipal do Porto, efetivamente achamos que a descentralização da Câmara para a Junta, com todos os seus riscos, seria algo positivo para a Junta e por vezes temos de arriscar, mas respeitamos a posição da Câmara e da Junta e esperamos que isto no futuro se possa concretizar.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, em relação a este ponto e como é lógico nós somos a favor de haver mais competências para as Juntas, aliás se à pessoa que se manifestou aqui um pouco revoltada com o que nos retiraram, creches, centro de

ATAS

convivo, ATL, que nos tiraram competências, fui precisamente eu e porque acho que essas competências que nos tiraram não nos deviam ter tirado, porque essas é que nós faríamos melhor, devido a nossa proximidade. O que está aqui, e o grande problema não tem a ver com a Câmara, mas com a Lei e conforme esta feita, porque não estão reunidas as condições para que nós possamos fazer um bom trabalho para a freguesia e para os fregueses. Sou completamente favorável a uma reanálise disto, mas tenho de saber o que é, o pacote financeiro que vem, mas também as condições e se nós vamos conseguir, quer a nível da via pública, dos jardins e se for ler a Lei não é assim tão simples. São competências muito complexas e que abrange uma data de colaboradores e de situações que as juntas não têm. Se for feito como foi em Lisboa, é uma situação, a ser feito assim e irei dizer isto na Anafre, no sábado, de manhã, a Lei é importante, as delegações de competências são muito importantes e não tenho medo de arriscar, mas não posso arriscar conforme aconteceu em relação ao Espaço Cidadão e assumir situações que põe em causa a parte financeira da Junta. Devem fazer bem as leis e não retirarem aquilo que nós fazíamos bem.

- **Casimiro Calisto, CDU**, vamos votar pela não aceitação de competências, porque nós no passado fomos contra aquilo que a Dra Sofia disse, que foi a retirada de coisas que funcionavam bem às freguesias, do Centro Social da Arrábida, uma serie de intervenções que a Junta não podia fazer, porque a Lei não deixava e obviamente estamos de acordo que haja uma nova transferência de competências, mas aquelas que se adequem ao nível municipal, às freguesias e com um envelope financeiro que seja adequado. A pretexto desta descentralização estamos a desresponsabilizar o Estado, porque o sub-financiamento põe o "o menino" nos braços das freguesias.

- **Cláudia Costa, RM**, queria dizer ao Eng. Casimiro Calisto que pela primeira vez me tirou completamente a palavra, porque o que disse era o que eu vinha dizer, subscrevo e queria agradecer.

- **Susana Constante, BE**, relativamente a este assunto e como é publico, foi defendido na Assembleia da República, Assembleia Municipal e aqui não será diferente, o Bloco é a favor da descentralização, mas não desta forma e entendemos que aquilo que o PS chama de uma grande reforma da legislatura, corre mal, houve uma precipitação do Bloco Central e não há informação suficiente para se saber como isto pode funcionar. Com esta descentralização podem existir desigualdades, porque as

ATAS

Pasteleira, Condominhas, Ponte e Paulo da Gama. Estivemos com o nosso advogado, com os nossos contabilistas, com a Anafre, com a CCDRN, a tentar perceber como poderíamos chegar às cinco escolas e não termos um ATL só na Escola do Bom Sucesso. Após uma análise destas situações, porque temos muitas crianças nas outras quatro escolas, que precisam e muito do apoio de um ATL, das 8h às 9h e das 17h 30 às 19h em período letivo e no período não letivo que apanha todas as férias, onze meses de ATL e através de algumas associações de pais e existem escolas que não tem este apoio e que muito precisam. O que trazemos aqui é um protocolo de colaboração entre a União de Freguesias e as Associações de Pais de cada escola, serão feitos cinco protocolos, em que as Associações de Pais escolhem uma empresa ou escolhem o ATL, e a empresa fará o acompanhamento destas crianças e nós vamos compartilhar por escalões e pelos rendimentos dos pais.

- **Susana Constante, BE,** a Sra Presidente disse que a Associação de Pais é que escolhe qual a entidade que fornece o serviço de ATL. Pergunto se esse procedimento da associação foi discutido entre a mesma e a Junta e se é mais indicado haver uma escolha ou um concurso. Pelo que percebi, o que se pretende com este programa é um apoio às famílias e o que está escrito no protocolo é que o apoio às famílias vai ser feito via associação de pais das escolas, sendo assim a questão que se coloca é que existem famílias que têm as suas crianças nas escolas da freguesia, mas podem optar pela actividade dos tempos livres não na escola mas em qualquer entidade da freguesia, assim essas famílias que não optem por ter as crianças na escola, não têm esse apoio.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia,** estas trocas de diálogos não ficam gravados.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia,** na minha última intervenção esqueci-me de informar que reuni com as cinco associações de pais para dar conta desta situação e falei com os directores dos agrupamentos, porque já temos quatro Associações de Pais com instalações e a única associação que não tem instalações, porque as mesmas foram cedidas à Junta, é a Associação de Pais do Bom Sucesso. Já falei com a Câmara, pois neste momento temos a cedência das salas do Bom Sucesso e terá de passar para a Associação de Pais do Bom Sucesso. Em relação à escolha e como as Associações são instituições sem fins lucrativos, não precisam de fazer concurso e é mais correto a

associação de pais fazer a escolha e ser a Junta a impor uma empresa. Em relação aos requisitos, um deles é frequentar aquela escola, sendo esse apoio o mesmo que é falado há muitos anos, pois o problema existente é o período da manhã (8h/9h) e o período da tarde (17h 30/19h) e férias. As empresas são especializadas em tempos livres, aliás nas Escolas da Pasteleira, Paulo da Gama e das Condominhas, são feitos por professores primários contratados e por pessoas especializadas e não por animadores. Em relação ao ATL do Bom Sucesso, temos de abranger a freguesia pelas cinco escolas como uma só, ou seja, irá deixar de existir o ATL do Bom Sucesso gerido pela Junta de Freguesia, porque a escola do Bom Sucesso irá ficar contemplada com este protocolo para abranger mais crianças.

- **Cláudia Costa, RM**, em resposta a algumas interrogações colocadas pela Dra Susana, assisti a alguns anos, fiz parte da Associação de Pais da Escola da Ponte, da qual era Presidente. Era a associação de pais que tratava de conseguir fundos para que as crianças pudessem fazer o seu ATL, levar os deveres feitos, nas instalações da própria escola. Era a associação de pais que geria estas funções. Correu sempre muito bem, havia crianças carenciadas e os outros pais quotizavam-se para que todos tivessem ATL. Por isto, tenho de me congratular com esta decisão da Junta que é uma forma positiva de resolver determinado tipo de carências.

- **Casimiro Calisto, CDU**, a um princípio positivo, que é as crianças estarem ocupadas conforme dito pela Dra Manuela em tempos era o Ministério que estava com isso. Gostava de perceber, pois neste momento há instituições que também tem ATL, Associação de Promoção do Bairro do Aleixo, não sei se a Obra Diocesana também tem. Gostaria de um esclarecimento, relativamente ao ATL do Bom Sucesso, tinha funcionários da Junta adstritos a essa actividade e atendendo a que vai haver um protocolo com a associação de pais, esse pessoal vai sair. Outra pergunta, as crianças vão estar na mesma escola, vão estar mais ocupados com actividades e pessoas indicadas? Não sei se a Junta vai tomar isso em conta, porque a questão é que devem ser empresas com idoneidade. O protocolo tem a duração de um ano lectivo. Valores estimativos de quanto a Junta vai ter neste encargo e quanto vai beneficiar do ATL.

- **Susana Constante, BE**, acho que a questão não se coloca entre a associação de pais escolher e a Junta impor, mas sim haver um protocolo da Junta de Freguesia com a associação de pais e nesse protocolo com procedimentos desejáveis do ponto de

vista a quem opera na Freguesia. Se fosse a Junta contratar teria de fazer um concurso, a associação de pais é uma associação sem fins lucrativos, pode não estar sujeita, mas pode depender de valores. A Junta no nosso entender deveria determinar que fosse feito um concurso, pois tive a oportunidade de ir ver como está a situação nas escolas em termo de respostas de ATL e o que vi é que a do Bom Sucesso era a Junta, nas outras é a mesma entidade que neste momento está operar e que se chama Sentido Extra, que é uma empresa privada e que está a operar na Pasteleira, nas Condominhas e Paulo da Gama. Entendemos que este protocolo deveria determinar o processo de encontrar a entidade que dá a resposta na escola fosse por concurso e determinar os termos do mesmo e se é para dar apoio às famílias devia ser para as famílias da freguesia, porque se houver uma família que entenda que é na Obra Diocesana que quer colocar a criança, não vai ter apoio. Portanto o critério que é importante que tenham apoio na escola, para umas famílias é verdade para outras não, porque há famílias que acham que é uma violência para as crianças estarem no mesmo espaço das 8h da manhã até as sete da tarde. O Bloco não vai votar favoravelmente esta proposta e em última análise o que a Junta está a fazer é apoiar uma entidade privada para fornecer este serviço nas escolas públicas.

- **Manuela Amorim, PS**, em primeiro lugar gostaria de saber se se irá manter a sigla ATL, pois esta sigla significa Atividades dos Tempos Livres e o sistema educativo português consigna que o ATL não seja fazer os deveres, mas sim proporcionar outras práticas, como ginástica, música e actividades desportivas, aqui está tudo mal. Conforme disse o Bloco de Esquerda é inadmissível que se deixem crianças tantas horas no mesmo local e depois das aulas a fazerem actividades escolares.

- **Susana Constante, BE**, porque é que a Junta opta por só dirigir às Associações de Pais e não garante para todas as famílias do território que possam escolher? As famílias podem escolher os tempos livres fora da escola em respostas sociais que existem. Mas estas famílias têm de ter o mesmo apoio da Junta de Freguesia, como as outras que estão na escola vão ter. O que justifica a não opção de garantir isto a todas as famílias independentemente da sua escolha?

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, voltando ao tema das competências e o que anualmente temos de comprovar à Câmara Municipal do Porto, é a competência que temos sobre as escolas primárias. Temos de as apoiar a nível de reparações, produtos

e várias situações do dia-a-dia. Em relação ao ATL, foi aprovado por esta Assembleia ou pela anterior, a continuidade do ATL do Bom Sucesso e na altura gerido pela Junta e com colaboradores da Junta. Nós devíamos poder ter as crianças para elas brincarem, jogar, conforme fazem nas férias. Há alguns anos atrás, o ATL funcionava doze meses e tivemos de passar a funcionar onze, porque os pais iam para a praia e vinham buscar as crianças com os pés com areia e optei, conforme estabeleceu a segurança social, só funcionasse onze meses. Tivemos de contratar uma psicóloga, porque a maior preocupação é que as crianças realizem os trabalhos de casa. No entanto à sexta-feira no ATL as crianças não fazem os trabalhos de casa.

- **Vogal da Junta, Nuno Silva**, o objectivo do executivo nestes protocolos, basicamente é um esforço financeiro por parte da Junta de Freguesia, na elaboração destes protocolos. Neste momento estamos a apoiar de forma económica dezanove crianças da freguesia do ATL do Bom Sucesso. Este protocolo vai nos permitir no mínimo apoiar cem crianças. Numa reunião com as Associações de Pais foi-nos dado a conhecer que havia encarregados de educação que por falta de capacidade económica não conseguiam manter os filhos no apoio escolar depois das aulas. Este programa vai permitir que esses tenham esse apoio económico.

- **António Alves, CDU**, chamo a atenção ao Sr. Presidente que eu pedi a palavra antes das três últimas intervenções. Tenho todo o respeito pelas Associações de Pais e devemos dar apoio e valorizar o esforço das Associações de Pais, mas todos sabemos que há Associações de Pais que funcionam bem e outras não. Para cada escola há um limite de vinte apoios, há uma verba que a Junta vai suportar. A questão do Bom Sucesso sobre os funcionários que a Sra Presidente não respondeu. Não respondeu à minha questão dos protocolos e como podia ter acesso aos mesmos. Gostaríamos de apoiar o alargamento do apoio que era antes até dezanove crianças e que agora pode ser até cem crianças, segundo o regulamento, mas há aspectos de fiscalização e controlo que não estão definidos. Conforme diz a Junta a qualquer momento pode fazer uma avaliação do trabalho que está a ser desempenhado, mas é muito pouco, pois começa logo pela seleção das crianças e se a associação de pais não cumprir? Não está muito claro. A Associação de pais vai ficar responsável pela contratação de uma empresa que a Junta não controla, que pode ter qualidade ou não e é a reserva que colocamos a isto, porque no fundo é a Junta que está a aligeirar a responsabilidade para a associação de pais e isso pode ter alguns perigos. Outra questão, sobre alguma

competitividade entre outras associações, pois foi dito que a do Aleixo vai para junto da Escola das Condominhas. Dois ATLS juntos. Colocar a questão da falta de controle segundo o regulamento, em relação a futuras situações de incumprimento por parte da Associação de Pais.

- **Vogal da Junta, Nuno Silva**, a lógica da Junta é não se meter na escolha da empresa, são as associações de pais que conhecem as fragilidades educacionais dos filhos que têm. A Junta ao lançar um concurso e aparecerem cinco ou seis empresas, achamos que as associações de pais têm conhecimento das melhores empresas e que prestam melhor serviço, dentro dos critérios que eles definem, porque na prática estão a escolher para os filhos e naturalmente vão querer o melhor. Relativamente à questão dos funcionários, vamos ter pessoas que se vão reformar, estamos a incentivar uma reestruturação dos serviços de maneira a conseguir apoiar melhor os fregueses e, portanto, ninguém vai ser despedido e ninguém vai ser posto em mobilidade, vamos precisar de todos.

- **Marco Leitão, PS**, relativamente à ideia é boa, mas acompanhamos algumas das preocupações aqui referidas, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU. Sem prejuízo pelo enorme trabalho realizado pela Associação de Pais, por uma questão de igualdade e para evitar crispações, este protocolo deveria ser alargado a outras instituições que trabalham já nessa área nesta freguesia. Mas, tendo em conta que a ideia é boa e que as associações de pais fazem um grande trabalho e importante para a comunidade, iremos votar a favor, embora a Dra Manuela Amorim poderá ter outra posição (não temos disciplina de voto.)

- **Susana Constante, BE**, em nenhuma das minhas intervenções eu ponho em causa que isto é um apoio importante, relevante e legítimo e não ponho em causa que as associações de pais são um ator fundamental para desde logo articular com a Junta, no sentido de aparecer este protocolo e para definir os tais critérios, respostas para a família, crianças, nada disto está posto em causa. O Bloco de Esquerda tem alertado para uma situação que acontece na cidade do Porto, concretamente no centro histórico, em que estão a ser fechadas Creches, ATLS e por isso o Bloco apoia uma medida como esta, que é uma resposta às famílias. As associações são as melhores entidades para entenderem a melhor resposta, mas que isso não passe por concurso,

quase seria motivo para eu votar contra a proposta. Não vou votar contra, vou abster-me.

- **Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho**, cumprimentou todos os presentes. Em relação à contratação, a Lei não obriga as Associações de Pais à contratação pública e nós não o podemos exigir. As associações de pais e a questão de ser só uma empresa, e até recentemente eram duas empresas que estavam a operar, Paulo da Gama com uma empresa e as outras duas escolas operavam com outra empresa. A questão de serem privadas é como a Universidade Católica e outras instituições que são privadas e são um exemplo. O que queremos é ajudar as crianças da freguesia e não as empresas e cabe à associação de pais escolher a empresa com quem quer trabalhar, isto é o primeiro passo, e o que fizemos foi comparar a situação actual com a situação do próximo ano, caso seja aprovado. Em termos de valores chegamos próximo dos cinquenta mil euros, com uma comparticipação de sessenta por cento. Se não se verificar deixa margem para outro alargamento, mas tivemos de balizar um valor. Em relação a outras associações, deparamos com problemas que têm de ser estudados, discutidos, como a quem é a quem vamos entregar a verba destinada às crianças. Entregamos ao pai da criança e temos a certeza que todos os pais vão encaminhar essa verba para a empresa. Vamos entregar a empresa, mas para entregarmos à mesma temos nós de contratá-la e assim o pai deixa de ter a liberdade de escolher. Acho que neste momento é a melhor opção e daqui para a frente acharemos melhores soluções, pois isto é uma experiência piloto.

Casimiro Calisto, CDU, vamos votar a favor porque o fim pretendido é justificável. Existe um pormenor que gostava de apelar, pois conforme disse é uma experiência piloto, pode correr bem ou pode correr mal, mas a vossa vontade de monitorizar o que vai acontecer, mas fazendo as contas rápidas, são quarenta e seis mil e duzentos euros, vinte alunos, onze meses, cinco escolas a cada quarenta e dois euros cada um. Vão deslocar funcionários que deixam de ser precisos nom ATL do Bom Sucesso e vão para outro sítio. Há um infantário de raiz, o jardim de infância do Estoril que é vocacionado para as atividades letivas, paredes meias com a Escola das Condominhas. Todos nós falamos nestes tempos modernos, nas sinergias, no aproveitamento de tudo que é disponível. Temos lá uma associação de moradores, mas a associação de moradores não anda a "nadar" em dinheiro e sei que eles não cobram dinheiro nenhum às crianças. Os quarenta e seis mil e duzentos que falamos a dividir por cinco,

ATAS

dá nove mil e seiscentos euros. A Associação do Bairro do Aleixo, será que é mil, mil e quinhentos por ano? Era esta porta que eu queria não fechassem, que é ver com a outras associações a melhor forma para eles também expandirem, com o objetivo futuro de Lordelo também ter creches.

Colocado a votação o ponto três:

Contra – zero

Abstenções – 1 (BE) 2 (PS)

Favor – 9 (RM) 2 (PS) 2 (CDU) 1 (PSD)

Ponto 4 – Tribunal de Contas – Ação Inspeciva a procedimentos de Contratação Publica – Relatório Final – Freguesia de Massarelos;

Intervieram neste ponto:

- **Susana Constante, BE**, acho que o ponto devia estar descrito de outra forma, se é votação, se é informação, a formulação do ponto não é clara e a importância que o ponto tem para esta assembleia e para esta Junta. Dada a importância do ponto, nós não temos como documento para leitura o próprio despacho de arquivamento. Deixo desde já o pedido que se peça o despacho de arquivamento, porque é fundamental percebermos o que esteve na origem deste arquivamento. Houve uma notícia, penso eu da Lusa sobre o assunto, o processo é arquivado por uma questão de incumprimentos de prazos, segundo o que veio a público e levou tanto tempo que o Ministério Público ia pegar no assunto, mas já tinha passado o prazo. Pedido de arquivamento e proposta de que se proceda no sentido do cabal esclarecimento do processo em causa, que não ficou esclarecido, porque, entretanto, foi arquivado e fazer a proposta da Assembleia de Freguesia ao executivo da Junta que avance no sentido de garantir o cabal esclarecimento deste processo.

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, Dra Susana na última assembleia que não esteve presente e não sei se teve acesso aos documentos, veio um relatório completo sobre a auditoria e tudo o que se passou durante aqueles anos todos. Nesse

próprio relatório, no fim havia uma proposta de arquivamento do despacho e presumo que tenha sido isso que tenha sido feito. Eu penso que esse relatório esclarece, mas não temos qualquer problema em pedir o despacho, mas aquele relatório esclarece e a notícia que saiu hoje no Jornal, foi extremamente maliciosa e tendenciosa. Foi dizer que havia uma multa, que a Sra Presidente estaria condenada a uma multa e que tinha prescrito; a Sra Presidente não estava condenada a nada e os Senhores jornalistas deviam ter mais seriedade naquilo que escrevem.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, para informar que o Deputado João Leite de Castro abandonou a sala;

- **Cláudia Costa; RM**, tal como disse a Dra Susana, nós que estamos aqui nesta assembleia a uns anos e temos ouvido falar desta questão. É uma questão recorrente, trazida permanentemente às assembleias, é uma questão que não tem nada a ver com este executivo, mas sim com o executivo anterior e todos nós conhecemos as circunstâncias. Penso que o caso tenha sido arquivado por prescrição e face ao relatório referido pela Dra Maria João, nós temos de nos congratular por isto ter tido um fim, obviamente que teria sido desejável que o arquivamento tivesse sido por outro motivo, mas acho que podemos dizer que isto chegou ao fim.

- **Casimiro Calisto, CDU**, obviamente que todos nós queríamos que este final tivesse sido há mais tempo, mas se olharmos para o sumário do relatório há aqui coisas que causam algum constrangimento. Fala-se em recursos ilegais a descoberto de acordo com a Caixa Geral de Depósitos, práticas irregulares em sede de contratação, ilegal de verbas de operações de tesouraria e dentro das minhas limitações na área jurídica, esperava algo mais substancial. Em relação ao arquivamento fala-se na convocatória da ordem de trabalhos que havia dois despachos. Estamos aqui para esclarecer, não para julgar e se o executivo tem acesso aos tais despachos, para não se ficar na dúvida, que na próxima assembleia haja esses documentos para se fechar o processo.

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, queria esclarecer as pessoas que estão aqui nesta sala e que não sabem. Aqueles pontos, aquelas irregularidades que o Eng. Casimiro Calisto falou, a maior parte delas, ou totalidade, foram praticadas antes da Sra Presidente da Junta, estar aqui na Junta de Massarelos. Foram praticadas pelo executivo que até tinha um membro da CDU. Agora dizem que retiraram a confiança

ATAS

política. Nós estivemos cá, não nos interessaram as cores políticas e pedimos uma auditoria. Os senhores o que fizeram?

- **Casimiro Calisto, CDU**, para esclarecer a situação: no ano de dois mil e um quem ganhou a Junta foi o PS que na altura teve seis eleitos, o PSD/CDS teve também seis eleitos e a CDU foi entre aspas a "muleta", desde dois mil e um até dois mil e cinco. Em dois mil e três nós tiramos a confiança política ao membro da CDU que aqui estava. Em dois mil e cinco, o Dr. Rui Rio teve a maioria absoluta, com sete eleitos, os cinco eleitos do PS, e um eleito da CDU. Queria dizer que aqui diz na ficha técnica deste relatório que as verificações efetuadas, reportam-se ao período compreendido entre um de janeiro de dois mil e dez e trinta e um de dezembro de dois mil e onze. Estou a ler o que está aqui. A CDU não tinha nada a ver com isso.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, dizer ao Sr. Membro da CDU que em relação aos protocolos, eu respondo que os subsídios eram atribuídos conforme o regulamento das associações aprovado nesta assembleia de freguesia. Em relação aos protocolos e penso que sabe isso, que qualquer membro da assembleia de freguesia pode pedir documentação ao executivo, a qual será entregue. Em relação ao ATL, fico contente que tenha sido aprovado, porque é algo muito importante e é lógico que estamos recetivos que hajam melhoramentos, caso seja necessário. Em relação à situação da Freguesia e da ação inspetiva, não fazia intenção de vir falar sobre este assunto, porque já foi muito falado e acho que esta assembleia devia agradecer a atitude que eu e o meu executivo tivemos em dois mil e nove, porque se não tivéssemos esta atitude, esta freguesia ainda não estaria sem dividas. Vou reforçar mais uma vez, Eng. Casimiro, que entre dois mil e cinco e dois mil e nove, eu não estava cá, nem o executivo. Quem esteve no executivo foi um elemento do CDS, três elementos do PSD e um elemento da CDU. Entre dois mil e sete e dois mil e nove não houveram assembleias de freguesia, por isso é que as contas não vinham a público. Ninguém está aqui a acusar a CDU em concreto. O que aconteceu foi que entre dois mil e sete e dois mil e nove não houve Assembleia de Freguesia, porque havia sempre providencias cautelares, providencias essas que quando cheguei tive de pagar trinta e cinco mil euros a uma sociedade de advogados. Entretanto, o que aconteceu e o grande problema das dividas desta Junta de Freguesia foi entre dois mil e cinco e dois mil e nove e o que vem no relatório e que quando eu cheguei em dois mil e nove e nós tínhamos de fazer a assembleia de freguesia de dezembro, havia um saldo negativo de

cento e cinquenta mil euros na conta da Junta de Freguesia de Massarelos. Saldo negativo esse que já vinha desde fevereiro de dois mil e seis e não me digam, não me venham dizer que PS, PSD e CDU que não sabiam desta situação. O que está aqui em causa é que não houve nenhum partido entre dois mil e cinco e dois mil e nove que tivesse coragem para pedir uma auditoria. A notícia de hoje é falsa. Ao referir que havia multas à atual Presidente e no relatório o que está, é o arquivamento pela IGAL, porque não detetaram nenhuma situação e foi enviado para o Ministério Público. Encontram-se aqui tantos juristas e já todos deviam ter lido que na frase diz o seguinte "despacho final do arquivamento no processo supra identificado, nos termos dos artigos 69º, nº 2, alínea a) e 70º, nºs 1 e 6 da LOPTC". Devem ler estes artigos conforme eu li, sobre o arquivamento, mas terei todo o gosto de fornecer o despacho final caso façam o pedido. Se lerem estes artigos está explicado o porquê do processo ter sido arquivado. Estarei sempre de cabeça erguida, fiz muitos sacrifícios pessoais para colocar esta Junta em dia. Disseram que houve desvios, não fiz desvios, tive coragem, tive atitude que nenhum partido teve.

- **António Alves, CDU**, venho fazer um protesto que acho lamentável e de baixo nível que a Senhora Presidente da Junta esteja a insinuar que elementos da CDU, virada para a assistência, tipo peixeirada, é lamentável. A CDU preza-se por ser uma força política que se gere por atos morais, por combate à corrupção, porque quando se discutia a não aprovação das contas, a CDU exigiu ao seu elemento que estava aqui representado para deixar a Junta, ele não o fazendo, a CDU retirou-lhe a confiança política, deixou de ser da CDU e nenhum dos vossos partidos fez isso em relação aos elementos que tinham cá na altura. Não venham acusar a CDU porque a partir desse momento, esse elemento não era da CDU e as duas senhoras que vieram aqui acusar a CDU, são desonestas, intelectualmente desonestas, porque não o podem fazer a partir do momento em que a CDU retirou a confiança política a esse elemento, independentemente das vigarices que houve. O Partido Comunista através dos deputados da Assembleia da República exigiu esclarecimentos, e pedem que a auditoria avançasse.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, o que acabei de ouvir é inacreditável e em relação às peixeiradas é feio, porque tenho muito respeito pelas peixeiras. Em relação a ser desonesta, peço imensa desculpa, mas não lhe admito isso, é muito feio chamar desonesta a uma pessoa, mas vou-lhe repetir o que lhe acabei de dizer. Em dois mil e

ATAS

cinco toma posse e vai para o executivo um membro da CDU, três membros do PSD e um membro do CDS e disse que todos esses membros não tiveram coragem e não agiram bem. Entre dois mil e seis e dois mil e sete, não deixavam haver assembleia de freguesia e disse também que todos os elementos desta assembleia de freguesia até dois mil e nove nada fizeram. Nada foi feito, nada foi esclarecido neste período.

- **Marco Leitão, PS**, não vamos entrar neste debate porque na altura não fazia parte da assembleia de freguesia de Massarelos e, portanto, não acompanhei o processo. Uma auditoria foi feita, tivemos acesso ao relatório e conforme o que foi pedido pela Dra Susana, gostaríamos de ter acesso ao despacho final.

- **Susana Constante, BE**, relativamente ao pedido de informação, o Sr. Eng. Casimiro disse que na próxima assembleia que viesse a informação, eu pedia com mais celeridade e se for preciso colocar por escrito, eu faço o procedimento por escrito que implica, de acordo com o código de procedimentos administrativo, são dez dias para dar a resposta. Eu faço por escrito e veremos até onde podemos ir e não é numa perspetiva de acusações, é obter o documento. Na discussão que acompanhei desde o início das Assembleias e o ponto podia ser mais claro "Ação Inspetiva a procedimentos de Contratação Pública – Relatório Final – Freguesia de Massarelos", o ponto é isto, não é sobre contas de dois mil e nove, nem sobre quem é que estava no executivo e não ouvi ninguém da assembleia a falar de acusações ou a fazer acusações. Não houve acusações, mas sim o pedido de esclarecimentos para irmos até ao fim e a cidade e a freguesia, fiquem esclarecidas.

- **Casimiro Calisto, CDU**, para dizer que toda esta irritação não fomos nós que a provocamos, limitei-me a ler o relatório, existe a gravação e é verdade que em dois mil e nove a dois mil e onze quem esteve à frente da autarquia foi a mesma pessoa que esteve no executivo anterior. A auditoria foi pedida a meio do mandato, em dois mil e onze e estamos esclarecidos.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, não gravou.

Ponto 5 – Apreciação e aprovação do contrato administrativo do orçamento colaborativo.

Intervieram neste ponto:

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, vinha esclarecer o porquê de trazermos este ponto. Como sabem o orçamento colaborativo é uma experiência piloto da Câmara Municipal do Porto e como experiência que é tem tido alguns avanços e recuos. A Câmara Municipal do Porto depois de ter analisado o primeiro protocolo que celebrou com esta Junta para o orçamento colaborativo, chegou à conclusão que deveria aperfeiçoar o documento. O que este documento tem basicamente em relação ao anterior é o seguinte; a camara municipal não exerce um poder de decisão sobre as juntas de freguesia, isto é, a camara municipal supervisiona o que a Junta vai fazer com os cem mil euros, mas não tem um poder de decisão sobre ela, isto é, o dinheiro é transferido e a junta vai ter que informar a camara, mas não tem de entregar comprovativos. Há um entendimento por parte de algumas pessoas que isto não é necessário ser votado, pois é votado na altura em que é votado o orçamento, mas por uma questão de clareza, achamos que este contrato deve vir aqui a esta assembleia para ser votado.

- **Susana Constante, BE**, como só tivemos acesso ao documento agora, coloco a questão de que a edição anterior foi alvo de críticas do ponto de vista da sua implementação. O Bloco aqui vai tomar a mesma posição que tomou na Assembleia Municipal, vamos nos abster, porque entendemos que por um lado aquilo que devia ser implementado na cidade, deve ser um orçamento participativo, chamar orçamento colaborativo, é um reforço dos orçamentos das juntas de Freguesia, com o que o Bloco concorda, mas não chamaria orçamento colaborativo. A implementação disto enquanto foi alvo de críticas, por haver Juntas que apresentavam propostas em que o Júri era a junta e houve confusões. Qual é o regulamento, vai haver um concurso, como vai funcionar?

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, esses passos já foram dados porque na realidade todo o processo já foi feito e houve a sessão publica. Fizemos um primeiro processo que não estava certo, voltamos atrás e decidimos fazer um novo procedimento. Teve uma sessão publica, teve a apresentação de propostas de entidades externas e da Junta e neste momento não sei se já foram escolhidas ou não as propostas. Sei que houve um júri que reuniu, um júri externo e penso que o Vogal

Nuno está como suplente, mas não fez parte do júri. Houve uma sessão pública que foi bastante participada aqui na Junta.

- **Casimiro Calisto, CDU**, fiquei surpreendido com a inclusão deste ponto, porque todos nós sabemos, porque houve uma contestação muito grande pelos presidentes de junta e depois encontrou-se esta forma de ajudar as diferentes juntas. Como já houve uma primeira sessão em novembro de dois mil e dezoito e houve uma agora em maio, pensava que estava tudo em "velocidade de cruzeiro". Para dizer que vamos votar a favor, é um reforço e acredito piamente que o júri será consciencioso e não vão ocorrer em erros de algumas Juntas.

- **Marco Leitão, PS**, vamos votar a favor, mas seríamos mais a favor por uma delegação de competências.

Colocado a votação o ponto cinco:

Contra – zero

Abstenções – 1 (BE)

Favor – 2 (CDU) 4 (PS) 8 (RM) 1 (PSD)

Ponto 6 - Informação escrita da Presidente, relativa aos meses de abril e maio de 2019, bem como o planeamento para o mês de junho;

Intervieram neste ponto:

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, penso que está bastante pormenorizado, mas se tiverem alguma dúvida. Queria chamar à atenção para um ponto que não foi escrito e tem haver com a realização das eleições para o Parlamento Europeu que decorreram nesta Junta e que correram bastante bem e agradecer a todas as forças políticas que colaboraram, que estiveram nas mesas e que ajudaram a que tudo corresse bem.

- **Susana Constante, BE**, sobre a questão sobre a obra que ficou embargada na escarpa da Arrábida com consequências para a população da freguesia e o que a Junta está a fazer, se nos traz uma proposta relativamente a isto; alojamento local, houve hoje de manhã uma sessão pública no sentido de auscultar as pessoas sobre o novo regulamento do alojamento local, qual o grau de participação e perceber qual a posição da freguesia ao próprio regulamento e a todo este processo, porque é uma situação que afeta a freguesia, mas Lordelo já tem algumas zonas de alerta em relação a esta questão; relativamente aos resguardos na marginal, como estão pois existe um percurso longo que não tem essa proteção e é uma preocupação para as pessoas.

- **Vogal da Junta, Nuno Silva**, relativamente à escarpa é publico que a obra está embargada, sabemos que o empreiteiro terá sido notificado para manter a obra vedada, mas vamos passar por lá e vamos sinalizar. Quantos aos resguardos na marginal seguramente nos dois anos, eu, a Sra Presidente e Sr. Tesoureiro já explicamos a gravidade do que ali está. Fizemos mais uma vez a Feira da Saúde no Calém e apercebermo-nos quando havia transeuntes de bicicleta, pessoas a pé, que facto aquilo é um perigo. Já alertamos e explicamos à APDL que tem uma opinião muito própria, dizem que não existe o tal risco evidente quem nós identificamos.

- **António Alves, CDU**, não se percebe o que neste boletim informativo é dito na parte das consultas de psicologia, porque ali existe alguma confusão. Diz que a primavera causa distúrbios depressivos, como o outono e a violência doméstica deixou de ser ocultada nos casais do mesmo sexo e que já representa quinze por cento. Entendem alguma coisa disto? É mais um caso de política e não de doença mental.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Maria José Duarte de Sousa Almeida
 Virgínia Celina Braga Oliveira Seudino Cardoso Pinhão
~~António Almeida~~ Feiz